

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE IMPACTOS DO TURISMO EM PARQUES: UMA APROXIMAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

Altair Sancho*

Alexandre Fonseca Alves**

Resumo: A relevância dos parques para experiências associadas ao turismo, lazer, recreação, prática esportiva e contemplação paisagística vem aumentando significativamente nas últimas décadas, no Brasil e no mundo. Um dos atuais desafios que se apresentam nesse sentido se refere, justamente, ao estabelecimento de procedimentos metodológicos capazes de mensurar os impactos gerados pelo turismo no contexto territorial dos parques, com vistas a revelar os reais efeitos econômicos, ambientais e socioculturais dessa relação. Diante desse desafio, o presente trabalho teve por objetivo reconhecer o “estado da arte” das pesquisas voltadas à apreensão e mensuração dos impactos e pressões gerados pelo turismo na dinâmica territorial de parques brasileiros. Por meio do levantamento bibliográfico em artigos, dissertações e teses nacionais, buscou-se apreender os métodos de investigação adotados, bem como os impactos priorizados em pesquisas que versam sobre a relação entre turismo e parques. Os resultados indicam que são ainda incipientes as pesquisas nessa direção, cujos enfoques, em geral, contemplam ainda olhares fragmentados sobre a complexidade e diversidade de pressões geradas pelo turismo em ambientes naturais protegidos.

Palavras-chave: Parques; Turismo; Impactos; Pesquisas.

EL ESTADO DEL ARTE DE LAS INVESTIGACIONES SOBRE IMPACTOS DEL TURISMO EN PARQUES: UNA APROXIMACIÓN DE LAS EXPERIENCIAS BRASILEÑAS

Resumen: La relevancia de los parques para experiencias asociadas al turismo, ocio, recreación, práctica deportiva y contemplación paisajística viene aumentando significativamente en las últimas décadas, en Brasil y en el mundo. Uno de los actuales desafíos que se presentan en este tema se refiere justamente al establecimiento de procedimientos metodológicos capaces de medir los impactos generados por el turismo en el contexto territorial de los parques con el fin de revelar los reales efectos económicos, ambientales y socioculturales de esa relación. Ante ello, se buscó reconocer el “estado del arte” de las investigaciones dirigidas a la aprehensión y medición de los impactos y presiones generados por el turismo en la dinámica territorial de parques brasileños. Por medio del levantamiento bibliográfico en artículos, disertaciones y tesis nacionales, se buscó aprehender los métodos de investigación adoptados, así como los impactos priorizados en investigaciones que versan sobre la relación entre turismo y parques. Los resultados indican que todavía son incipientes las investigaciones en esa dirección, cuyos enfoques, en general, contemplan aún miradas fragmentadas sobre la complejidad y diversidad de presiones generadas por el turismo en ambientes naturales protegidos.

Palabras-clave: Parques; Turismo; Impactos; Investigaciones.

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE IMPACTOS DO TURISMO EM PARQUES: UMA APROXIMAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

Abstract: The relevance of the parks to the experiences associated with tourism, recreation, sports and landscape contemplation has been increasing significantly in recent decades, in Brazil and the world. One of the current challenges referred, rightly, to the establishment of able methodological procedures to measure the impacts generated by tourism in the parks territorial context, with a view to revealing the economic, socio-cultural and environmental effects of this relationship. From this challenge, the present work aimed to recognize the “state of the art” of researches that aim to apprehend and measure the impacts and pressures generated by tourism in the Brazilian parks. Through the bibliographic survey in articles, dissertations and national theses this work aimed to recognize the research’s methods adopted, as well as the impacts prioritized in researches that study the tourism and parks relationship. The results indicate that researches in this direction is still incipient, whose approaches, in general, contemplate fragmented visions about the impacts complexity and diversity generated by tourism in protected natural environments.

Keywords: Parks; Tourism; Impacts; Researches.



Licenciada por *Creative Commons*
Atribuição Não Comercial / Sem
Derivações / 4.0 / Internacional

* Professor e Pesquisador do Curso de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor em Geografia (2016) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pelo Programa EICOS/UFJF (2007) e Graduação em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2004). Atuação nos Grupos de Pesquisa CNPq Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (líder: Marta de Azevedo Irving) e Grupo de Pesquisa Integrado do Espinhaço/GIPE (líder: Bernardo Gontijo). Tem experiência nas áreas de turismo, planejamento e ordenamento territorial, com ênfase nas interfaces com políticas públicas de turismo, projetos de desenvolvimento comunitário e áreas protegidas.

** Graduando em Geografia/UFJF.

1 INTRODUÇÃO

Como apontado em Sancho (2016), a visitação turística em parques é frequentemente apontada em pesquisas e em políticas e programas governamentais e não-governamentais como uma importante estratégia para se promover a conservação e manutenção da biodiversidade em áreas naturais protegidas. Esse reconhecimento está associado diretamente a propostas de desenvolvimento turístico ancoradas em pressupostos de sustentabilidade, como é o caso do ecoturismo.

Essa concepção de turismo pressupõe a geração de impactos mínimos sobre os ecossistemas visitados, disseminação de ações educativas, incremento de recursos financeiros aos parques e envolvimento das populações locais, seja na prestação de serviços, seja no recebimento dos benefícios associados à visitação turística.

Ao mesmo tempo, é preciso mencionar que a visitação representa um elemento de complexificação da gestão desses territórios, impondo inúmeros desafios aos objetivos de conservação. Isso porque, salvo seu potencial para promover impactos favoráveis em âmbito local, não se pode desconsiderar que o desenvolvimento turístico pressupõe também a intensificação das pressões sobre a biodiversidade, seja no interior ou na área de amortecimento dos parques, exigindo, portanto, um olhar crítico sobre seu processo de implementação e gestão.

Um dos atuais desafios que se apresentam nesse sentido se refere, justamente, ao estabelecimento de procedimentos metodológicos capazes de mensurar os impactos gerados pelo turismo no contexto territorial dos parques, como vistas a revelar os reais efeitos econômicos, ambientais e socioculturais dessa relação. Vale ressaltar que a consolidação de informações estratégicas dessa natureza tende a contribuir, por exemplo, para a concepção e/ou realinhamento do processo de planejamento estratégico dessas UCs, bem como subsidiar a elaboração de políticas, programas e projetos nas áreas de conservação, turismo e desenvolvimento socioambiental.

Diante desse desafio, o presente trabalho teve por objetivo reconhecer o “estado da arte” das pesquisas voltadas à apreensão e mensuração dos impactos e pressões gerados pelo turismo na dinâmica territorial de parques brasileiros. Buscou-se, nessa direção, apreender os métodos de investigação

existentes, bem como os impactos priorizados em pesquisas que versam sobre a relação entre turismo e parques.

A presente pesquisa, de caráter exploratório, foi ancorada no método quantitativo de distribuição de frequência. De acordo com Spiegel (1985, p. 33), “uma distribuição de frequência ou tabela de frequência envolve um arranjo tabular de dados por classes, juntamente com as frequências correspondentes”.

Nesse sentido, foi realizada um levantamento em livros, artigos, monografias, dissertações e teses com o objetivo de se apreender os tipos e a frequência dos impactos e pressões gerados pelo turismo em unidades de conservação da categoria “Parque” (estabelecida pelo SNUC), tendo como enfoque experiências brasileiras. Tais impactos foram distribuídos nas dimensões econômica, ambiental, sociocultural, espacial e político-territorial. Optou-se ainda em classifica-los em negativos e positivos, como estratégia para uma melhor compreensão da relação entre turismo e parques e, também, para o reconhecimento dos aspectos mais valorizados e percebidos nas pesquisas sobre tal temática de estudo.

Este esforço de investigação buscou revelar as principais questões socioespaciais envolvidas nessa relação, as lacunas e avanços dos estudos, bem como os desafios que se apresentam ao efetivo aproveitamento do potencial do turismo para a conservação da biodiversidade, geração de benefícios socioeconômicos e promoção do desenvolvimento socioambiental, tanto para as unidades de conservação quanto para as populações que residem em seu entorno direto.

2 IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM PARQUES

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei 9985/2000, estabelece, em seu Artigo 11o, a categoria “Parque Nacional”, que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Fontoura et al (2016) destacam que:

Os Parques Nacionais mostram-se como a única categoria de unidades de conservação onde o turismo aparece de forma explícita e atividade

fim. Assim, pode-se considerá-los como territórios de excelência para o desenvolvimento do ecoturismo. Ademais, o objetivo principal dos parques é a proteção da natureza e, como assinala o SNUC, permite apenas o uso indireto dos recursos, sendo vedadas as possibilidades de coleta, pesca ou extração. Assim, o uso recreativo dos parques se destaca como alternativa de uso às populações do entorno (Fontoura et al, 2016, p. 37).

A relevância dos parques para experiências associadas ao lazer, recreação, prática esportiva e contemplação paisagística vem sendo reconhecida nos últimos anos, no Brasil. Isso porque, segundo o programa “Turismo nos Parques”, implementado em 2008 pelo Ministério do Meio Ambiente, o turismo, ao mesmo tempo em que fortalece a apropriação das Unidades de Conservação pela sociedade, dinamiza as economias locais e incrementa os recursos financeiros para a manutenção destas áreas. O desafio consiste, no entanto, em se desenvolver um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade (MMA, 2008).

Uma questão prioritária no âmbito desse debate versa, justamente, sobre os desafios inerentes à conciliação dos objetivos de conservação ambiental dos parques com a visitação turística, uma vez que se reconhece a representatividade e complexidade dos impactos associados à essa prática, seja no território ou no entorno dessas unidades de conservação. O ecoturismo, nesse contexto, surge como modelo de desenvolvimento turístico potencialmente capaz de impactar positivamente a realidade dos parques e incrementar as experiências vivenciadas pelos turistas, ao assumir compromissos com práticas socioeducativas, geração mínima de impactos, democratização de benefícios para as populações locais, entre outros.

De modo geral, os estudos dedicados à interpretar a relação entre turismo e parques reconhecem a relevância adquirida por esse fenômeno na contemporaneidade, mas chamam a atenção para a complexidade da visitação turística em áreas naturais, em virtude da diversidade de impactos associados (Fontoura et al, 2016; Sancho, 2016; McNicol, 2016; Ashton & Ashton, 2016; Menezes, 2015; Richter & Souza, 2013; Rodrigues; Amarante-Junior, 2009; Lobo, 2008, Coelho, 2006; Ferreira & Carneiro 2005, entre outros). Esses autores sinalizam para a necessidade de se investir em estratégias

voltadas à apreensão, compreensão e mensuração das pressões ocasionadas pelo turismo na dinâmica territorial dos parques, de forma a interferir positivamente nas iniciativas de planejamento e maximização dos benefícios gerados.

Richter e Souza (2013) alertam que o incremento da visitação nos parques e a existência aí de ambientes vulneráveis tem significado o incremento dos níveis de repercussões negativas sobre as áreas protegidas e entorno direto. Como o ecoturismo tem se difundido bastante ao longo dos últimos anos, parece imprescindível o melhor entendimento de seus significados e suas conseqüências, bem como de suas influências na conservação da biodiversidade e no desenvolvimento humano (Menezes, 2015; Rodrigues; Amarante-Junior, 2009; Coelho, 2006).

Lobo, (2008), por exemplo, enxerga a importância de se detectar diferentes percepções referentes aos impactos gerados pelo turismo para que, dessa forma, se consiga realizar um estudo que leve em consideração todas essas realidades, na busca por um desenvolvimento sustentável vinculado ao turismo.

No caso de pesquisas envolvendo a visitação nos territórios dos parques, a existência/adequação e qualidade de infraestrutura, ações de educação ambiental destinadas a visitantes e residentes, monitoramento de impactos da visitação figuram como temas centrais ao planejamento e manejo adequados do uso público nos parques. Barros (2013) sugere que a questão do uso público nessas áreas deveria estar ancorada no princípio da responsabilidade compartilhada, tanto por parte dos gestores dessas áreas protegidas, operadores turísticos locais quanto dos visitantes, num esforço de construção conjunta de processos mais éticos e sustentáveis. Tal perspectiva poderia inspirar iniciativas voltadas ao reconhecimento e respeito às áreas naturais, ações conjuntas de proteção e de disseminação de práticas de educação ambiental.

Na direção desse pensamento, McNicol (2016) desenvolveu importante estudo sobre a visão e o papel dos operadores turísticos comerciais sobre a manutenção e fortalecimento da oferta ambiental (“environmental supply”) de parques nacionais. A oferta ambiental inclui recursos naturais, atributos físicos, as iniciativas de gestão e / ou políticas de governança que influenciam a conservação ambiental, contemplando os ecossistemas e os serviços do parque de destino, educação visitante e programas

interpretativos, zoneamento e acesso, procedimentos de avaliação de impacto ambiental (EIA), políticas e diretrizes, e quaisquer outras características e ações que impactam a conservação e / ou preservação da natureza em um local centrado no visitante.

A pesquisa buscou, dessa maneira, monitorar as mudanças e pressões associadas à visitação turística sobre a oferta ambiental de dois parques nacionais canadenses. Para tanto, houve o estabelecimento de indicadores de qualidade da oferta ambiental (“Trail Maintenance”, “Balance of Environment & Business”, “Wildlife Management”, “Park Management Plan”, “Facilities & Infrastructure”, “Warden Service”, “Growth of Tourism”, “Communication about Park Goals”, “Product Development”), interpretados também como parâmetros de sustentabilidade da visitação turística em parques nacionais. Na visão da autora, os resultados deste estudo interferem positivamente para a gestão dos parques, controle e qualidade das atividades comerciais de visitação e, também para a conservação ambiental em áreas nacionais protegidas.

Ashton e Ashton (2016) e Giatti e Rocha (2001) também reconhecem a importância de pesquisas sobre uso público em parques. Diante do crescimento da visitação turística, torna-se necessário planejamento com relação à infraestrutura adequada para receber e minimizar os impactos das populações flutuantes.

Peccatiello et al. (2007) e Ladeira (2005) sugerem também esforços de análise de intensidade de uso público. Para tanto, consideram necessários estudos e pesquisas sobre a capacidade de carga dos principais pontos de visitação dos parques e respectivos impactos associados, informações estratégicas para o melhor delineamento de planos de manejo e de uso público das unidades de conservação.

Fontoura et al (2016) salientam ainda que tal debate deve incorporar as questões referentes às políticas de gestão e conservação da biodiversidade existentes nas áreas onde o fenômeno turístico tem se destacado: “a correta gestão do uso público tem um papel vital no oferecimento de oportunidades de recreação, na educação ambiental dos visitantes e na conservação dos ecossistemas” (2016, p. 39). Na mesma linha de pensamento, Jeannot (2013) considera que o estudo sobre a gestão efetiva das unidades de conservação é fundamental para se analisar os pontos positivos e negativos frente à sustentabilidade e proteção da biodiversidade e

incremento dos benefícios associados ao desenvolvimento do turismo.

Pesquisas sobre impactos do turismo em parques possibilitam, nessa direção, o estabelecimento de processos de planejamento ambiental e territorial nessas áreas de conservação, ancorados em iniciativas de monitoramento e instrumentos de gestão voltados à conciliação da conservação ambiental e o uso turístico recreacional e contemplativo, além de conseguir atender as necessidades das populações locais que residem no entorno direto e são influenciadas por todo esse processo (Fontoura & Silveira, 2008).

O potencial do turismo para a geração de renda, seja para as unidades de conservação, seja para as populações do entorno, é apontado por Fenker (2013) como aspecto central e que precisa ser alvo das pesquisas sobre turismo em parques, revelando assim, seus reais efeitos na manutenção e gestão dessas unidades e, também, nas economias locais.

Outro conjunto de pesquisas busca ainda enfatizar a natureza e as consequências da relação estabelecida entre visitantes e população anfitriã, com foco nas áreas de entorno dos parques. Isso porque a perspectiva preservacionista inaugurada com a criação dessa categoria de UC repercute também na dinâmica socioespacial das localidades e nos modos de vida e práticas imateriais (exercícios de territorialidade) de seus moradores, significando, em grande parte dos casos, em transformações profundas. Questões culturais e sociais são apontadas como centrais no contexto da gestão desses territórios, devendo, portanto, ser objeto de investigação, ao mesmo tempo em que precisam ser internalizadas e debatidas nos conselhos consultivos e demais espaços de participação e gestão territorial existentes.

Reconhecendo a importância da participação social nesse debate, Cruz et al. (2010) chamam a atenção para a centralidade de ações de mobilização e valorização da população local, inclusive com seu envolvimento direto nos processos decisórios, de maneira que esses possam protagonizar os processos de organização, planejamento e exploração do turismo no entorno dos parques. A participação da comunidade local constitui, assim, aspecto decisivo na promoção de propostas de desenvolvimento ancoradas nos pressupostos sustentabilidade, tendo em vista a responsabilidade compartilhada, (Cruz, Mendonça & Farias Filho 2010; Ferreira & Carneiro, 2005). O desafio que aí se apresenta envolveria,

portanto, “o desenvolvimento de uma ética ambiental que inspire respeito pelas áreas naturais e ajude a protegê-las” (Barros, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A presente pesquisa, de caráter exploratório, foi ancorada no método quantitativo de distribuição de frequência. De acordo com Spiegel (1985, p. 33), “uma distribuição de frequência ou tabela de frequência envolve um arranjo tabular de dados por classes, juntamente com as frequências correspondentes”.

Nesse sentido, foi realizada um levantamento em livros, artigos, monografias, dissertações e teses, com o objetivo de se apreender os tipos e a frequência dos impactos e pressões gerados pelo turismo em unidades de conservação da categoria “Parque” (estabelecida pelo SNUC), tendo como enfoque experiências brasileiras.

Priorizou-se, assim, o levantamento de pesquisas secundárias em periódicos nacionais nas áreas de turismo e/ou meio ambiente, bem como em bancos de teses e dissertações de programas de pós-graduação em turismo, geografia, meio ambiente e áreas afins, vinculados a instituições de ensino distribuídas em todas as regiões do país.

A aproximação desse universo de pesquisa foi orientada pelos seguintes parâmetros de análise: autor; categoria de unidades de conservação; justificativas ou menções à necessidade/importância do estudo sobre os impactos do turismo em parques; metodologia adotada; menção a impactos no território e/ou entorno direto dos parques.

Os impactos associados ao turismo no âmbito dos estudos considerados foram distribuídos nas dimensões econômica, ambiental, sociocultural, espacial e político-territorial. Optou-se ainda em classificá-los em negativos e positivos, como estratégia para uma melhor compreensão da relação entre turismo e parques e, também, para o reconhecimento dos aspectos mais valorizados e percebidos nas pesquisas sobre tal temática de estudo.

Este esforço de investigação buscou revelar as principais questões socioespaciais envolvidas nessa relação, as lacunas e avanços dos estudos, bem como os desafios que se apresentam ao efetivo aproveitamento do potencial do turismo para a conservação da biodiversidade, geração de benefícios socioeconômicos e promoção do desenvolvimento

socioambiental, tanto para as unidades de conservação quanto para as populações que residem em seu entorno direto.

4 O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE IMPACTOS DO TURISMO NO CONTEXTO TERRITORIAL DE PARQUES BRASILEIROS

A seguir, serão apresentados os principais resultados e análises das pesquisas secundárias sobre a relação entre parques e turismo, com olhar atento para a tipologia e características das pressões ocasionadas pelo fenômeno turístico na dinâmica territorial dessas unidades de conservação.

Vale ressaltar que esse levantamento e análise foram pautados em dois enfoques principais: a. impactos do turismo *no entorno de parques* e, b. impactos do turismo *nos territórios dos parques*. Sem deixar de reconhecer a interrelação aí existente, a condução da análise a partir desses dois enfoques se justifica, sobretudo, em virtude do domínio das áreas consideradas, se público ou privado. Isso porque tal aspecto irá, em grande medida, condicionar a natureza, abrangência e formas de exploração do turismo e, por consequência, suas repercussões nos territórios abrangidos e/ou diretamente influenciados pelos parques.

As áreas de entorno direto dos parques são, essencialmente, de domínio privado, mesmo que se reconheça aí a existência de zonas de amortecimento previstas na legislação ambiental vigente. Na prática, o arcabouço jurídico-legal que disciplina os usos do solo coexistentes nesses territórios é menos restritivo em termos de proteção ambiental. Isso significa que estamos tratando de diferentes práticas/atividades e agentes de re-produção social do espaço, com interesses e visões, muitas das vezes, conflitantes.

No caso do turismo, é justamente no entorno direto onde está concentrada a maior parte da infraestrutura de apoio, serviços de recepção, restauração, atendimento aos visitantes e, mesmo, atrativos turísticos. Como consequência, o entorno dos parques acaba por concentrar muitos dos impactos econômicos, socioculturais, espaciais e político-territoriais gerados pelo desenvolvimento desse fenômeno.

Já quando consideramos o recorte espacial abrangido pelos limites do parque, estamos falando de um território de domínio público - seja ele federal, estadual ou municipal -, cujo controle está sob a

responsabilidade do órgão gestor ambiental. Esse órgão deverá, por exemplo, estabelecer, por meio do planejamento de manejo, o zoneamento territorial da unidade de conservação, com respectivos regramentos de uso e proteção, inclusive, para as áreas de uso público, aptas a receber visitação turística. Nessas áreas, os impactos são mais diretamente percebidos e também exigem o empreendimento de estratégias de reconhecimento e análise das posturas adotadas tanto por parte da gestão do parque quanto dos visitantes e operadores turísticos.

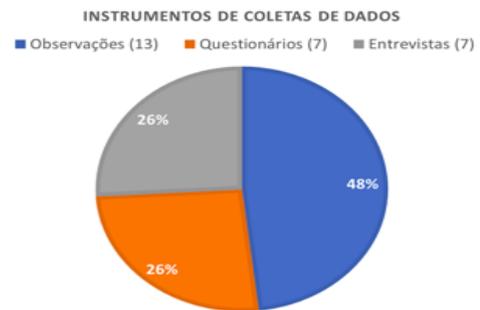
No universo das publicações analisadas, foi possível identificar 23 pesquisas¹, cujos objetivos estiveram voltados diretamente à apreensão e interpretação dos impactos gerados pelo fenômeno turístico em unidades de conservação², sendo que destas, 20 tratam especificamente da categoria “parque”.

Cumprir mencionar que os três estudos que não fazem menção direta à categoria parque foram considerados por debaterem a relação do turismo em áreas protegidas, trazendo, portanto, importantes contribuições à reflexão.

A maior parte dos trabalhos (51%) envolveu pesquisas de natureza qualitativa, seguidas por pesquisas quantitativas (26%). Vale ressaltar que alguns estudos (23%) adotaram ainda metodologias mistas, utilizando abordagens qualitativas e quantitativas, tanto na apreensão quanto na tabulação e análise dos dados.

Os instrumentos de coletas de dados mais utilizados dentro dos vinte e três textos analisados envolveram a realização de pesquisas bibliográfica e documental, acompanhadas de trabalhos de campo (78%). Apenas 22% dos estudos realizaram apenas pesquisa bibliográfica e documental. Chama a atenção o resultado sobre os recursos de pesquisa adotados nos trabalhos de campo: a observação constitui o principal instrumento para o levantamento dos dados *in loco*, conforme gráfico 01, abaixo, seguida de realização de entrevistas e aplicação de questionários com visitantes, moradores e/ou gestores.

Gráfico 01 – Instrumentos de coleta de dados adotados nos estudos considerados.



Fonte: Sancho & Alves (2017).

Alguns estudos utilizaram ainda metodologias específicas para a obtenção de resultados, dados e informações que pudessem contribuir para a apreensão e mensuração dos impactos do turismo em parques. Ritcher e Souza (2013) adotaram o método VIM (*Visitor impact management – 1990*). Este método tem como etapas a seleção de indicadores dos níveis de impacto e dos verificadores que serão utilizados, avaliações da adequação das variáveis selecionadas, avaliação dos dados de modo a se obter um resumo da informação sobre cada trilha, comparação de dados obtidos e proposição de medidas de manejo de modo a adequar os padrões verificados aos pertinentes. Resumidamente, este método enfatiza, principalmente, a capacidade de carga e o impacto da recreação e visa promover diversos meios auxiliares capazes de controlar ou minimizar os impactos gerados por essas atividades. Nas avaliações das regiões analisadas, consideram-se indicadores, que são classes de tipos de impacto. Cada indicador é avaliado através de verificadores, índices que podem ser quantificados ou categorizados.

Nos textos de Ladeira (2005) e Peccatiello et al. (2007), além das pesquisas bibliográficas, coletas de dados, entrevistas, questionários, observações e o uso de indicadores para a caracterização dos impactos advindos do turismo, utilizou-se também o método de Cifuentes (1992), com algumas modificações e adaptações, na tentativa de se estabelecer a capacidade de carga turística real, física e efetiva dentro dos parques analisados.

¹ Barros, 2013; Betti, 2014; Coelho, 2006; Cruz, Mendonça & Filho, 2010; Fenker, 2013; Ferreira & Carneiro, 2005; Filetto, 2007; Fontoura, Medeiros & Adams, 2016; Fontoura, 2008; Giatti & Rocha, 2001; Guimarães, 2009; Hübner, 2007; Jeannot, 2013; Ladeira, 2015; Lobo, 2008; Menezes, 2015; Oliveira, Gómez & Cândido, 2013; Peccatiello, 2007; Rangel E Guerra, 2015; Richter &

Souza, 2013; Rodrigues & Amarante-Junior, 2009; Santos & Campelo, 2008; Vieira & Rocha, 2009.

² Os parâmetros de análise abrangeram: autor; categoria de unidades de conservação; justificativas ou menções à necessidade/importância do estudo sobre os impactos do turismo em parques; metodologia adotada; menção a impactos no território e/ou entorno direto dos parques.

Por fim, Kavuya (2013) utilizou o método RAPPAM (*Rapid Assessment and Priorization of Protected Area Management/WWF*), desenvolvido para a realização de uma avaliação rápida sobre as prioridades no manejo das unidades de conservação. Esse método, segundo o autor, fornecendo ferramentas suficientes para o desenvolvimento de políticas e ações que objetivem a proteção de áreas naturais e a consolidação das unidades de conservação frente ao forte movimento turístico presente nessas áreas.

3.1. Impactos Positivos e Negativos do Turismo no Entorno de Parques

O levantamento bibliográfico sobre as repercussões socioespaciais geradas pelo turismo no entorno de parques evidenciou que a dimensão econômica dessa relação adquire grande centralidade. Os benefícios econômicos associados ao turismo são muito destacados e valorizados nas pesquisas analisadas, principalmente em relação ao incremento da geração de renda e de postos de trabalho, com impactos diretos na economia local (conforme gráfico 02, abaixo).

Gráfico 02 - Impactos Econômicos positivos gerados no entorno de parques.



Fonte: Sancho & Alves (2017).

Apesar disso, verificou-se que o impulso à comercialização de produtos típicos locais é ainda pouco representativo nos casos estudados. Uma hipótese seria de que os benefícios econômicos estão mais diretamente vinculados a serviços tradicionais do mercado turístico – hospedagem, alimentação e receptivo local. Essa hipótese ganha relevância quando também se analisa os impactos socioculturais do turismo no entorno de parques.

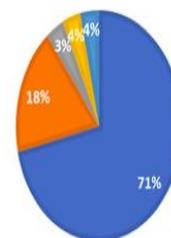
A maior parte das pesquisas apontam a “conscientização e capacitação da população local para o turismo” como impacto sociocultural do fenômeno

turístico no contexto dos parques (ver gráfico 03, abaixo), o que evidencia a representatividade de sua vertente mercadológica.

Gráfico 03 - Impactos Socioculturais positivos gerados no entorno de parques.

IMPACTOS SOCIOCULTURAIS POSITIVOS GERADOS NO ENTORNO DOS PARQUES. TOTAL: 28

- Conscientização e capacitação da população local (20)
- Sensibilização e valorização sociocultural (5)
- Melhoria na qualidade de vida (1)
- Fomenta preocupação com o bem-estar da comunidade (1)
- Desenvolvimento do "orgulho étnico" (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

Conforme destacado por Sancho (2016), muitas experiências apoiam-se em uma concepção romantizada do turismo como a “indústria sem chaminés”, portanto, presumivelmente causadora de impactos mínimos sobre o meio natural.

Nessa lógica, no âmbito da projeção de novas perspectivas de desenvolvimento para o entorno dos parques, as comunidades passam a contribuir decisivamente na recepção e prestação de serviços aos turistas, ou mesmo, no incremento da atratividade local, ao passo que suas tradições e manifestações culturais são ressignificadas pelo mercado como um rico atrativo cultural. Ao mesmo tempo, com o turismo, atividades habituais de cultivo e produção são frequentemente substituídas por atividades “modernas” como aluguel de casas para os turistas, guiamento, serviços de alimentação e transporte. As comunidades envolvidas passam a constituir então, alvo de iniciativas de “capacitação” por parte do Estado e de instituições profissionalizantes, além de empresários que ali se instalam. Nessa perspectiva, é preciso adequar-se e “bem receber” aqueles que chegam de fora e que possuem hábitos e exigências específicos. Há, portanto, uma forte influência nos processos identitários das comunidades locais, a partir de novos valores e hábitos que passam a coexistir no território (p. 95).

Nessa direção, de acordo com os estudos analisados, são ainda incipientes experiências onde os benefícios do turismo são também representativos na

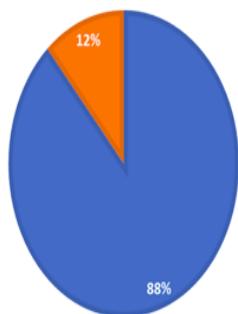
esfera sociocultural, passando a interferir na valorização das práticas e tradições culturais, fortalecimento de modos de vida e desenvolvimento de orgulho étnico.

Ao se direcionar a atenção para os impactos espaciais e infraestruturais positivos gerados pelo turismo nas áreas de entorno de parques, a maior parte se refere à implantação de infraestruturas e/ou sua modernização, seguido de aumento de oferta de serviços públicos (ver gráfico 4, abaixo).

Gráfico 04 - Impactos Espaciais e infraestruturais positivos gerados no entorno de parques.

IMPACTOS ESPACIAIS E INFRAESTRUTURAIS POSITIVOS GERADOS NO ENTORNO DOS PARQUES. TOTAL: 26

■ Modernização e infraestrutura (23) ■ Incremento de oferta de serviços públicos (3)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

De maneira geral, esse processo possui relação direta com o incremento do mercado turístico, que passa a estimular investimentos nas áreas de planejamento e estruturação dos destinos. Por um lado, esses investimentos representam, em geral, melhorias nas condições de vida das populações locais, ao ampliar/melhorar vias de acesso, sistemas de comunicação, energia e saneamento, entre outros.

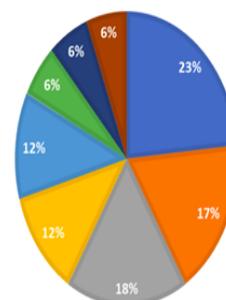
Por outro, a execução de obras diversas tende a constituir elemento de pressão sobre a biodiversidade e não raramente, em processos de degradação ambiental e, mesmo, conflitos territoriais de grande complexidade, quando envolvem, por exemplo, a desapropriação e o cerceamento de uso de trajetos e caminhos tradicionais.

De qualquer forma, as pesquisas analisadas ressaltam o papel desempenhado pelo turismo (sobretudo nos modelos de desenvolvimento alinhados aos preceitos do ecoturismo) na proteção dos atributos naturais e na disseminação de práticas conservacionistas. Além de fortalecer iniciativas de conservação do patrimônio natural, o turismo incentiva o desenvolvimento de ações de educação ambiental e disseminação de valores ecológicos, conforme dados apresentados no gráfico 05, a seguir.

Gráfico 05 - Impactos Ambientais positivos gerados no entorno de parques.

IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS GERADOS NO ENTORNO DOS PARQUES. TOTAL: 17

■ Incremento de ações de Educação Ambiental (4) ■ Conservação do patrimônio cultural e natural (3)
■ Valorização do ideário de sustentabilidade (3) ■ Incentivo à preservação ambiental (2)
■ Disseminação da consciência ecológica (2) ■ Valorização do entorno paisagístico (1)
■ Regeneração de florestas (1) ■ Ordenamento do acesso de visitantes (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

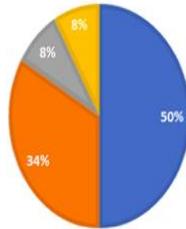
A presente investigação priorizou também um olhar sobre a dimensão político-territorial da relação turismo e parques, com o intuito de reconhecer experiências onde diferentes agentes de produção espacial se articulam no sentido de pensar a gestão do território de maneira integrada, transversal, interssetorial e participativa, com vistas ao fortalecimento de processos de governança democrática. Fica claro que são ainda incipientes estudos que priorizam tal tipo de enfoque. Aqueles que o fazem destacam que o desenvolvimento do turismo incentivou ações e investimentos em planejamento, pesquisa, avaliação e monitoramento, bem como no envolvimento das populações locais nas decisões sobre os rumos do setor.

A interpretação do turismo numa perspectiva integrada e transversal a outras áreas representa ainda, um grande desafio. Como destacado em Sancho (2017), o fenômeno turístico não pode ser interpretado de maneira dissociada de outras áreas e dimensões que também compõem a realidade de uma unidade de conservação. Aspectos associados à proteção dos atributos naturais, uso e ocupação do solo, infraestrutura e serviços públicos diversos, políticas e programas de desenvolvimento rural, projetos nas áreas de cultura e meio ambiente, entre tantos outros, possuem relação direta com o processo de estruturação e organização do turismo e, por isso, precisam ser concebidos e trabalhados de maneira integrada e transversal. Como resultado, a estruturação e desenvolvimento do turismo no entorno de parques passam a ser idealizados no âmbito de um processo mais amplo de ordenamento, portanto, mais alinhados ao conjunto de políticas e programas com forte conteúdo territorial.

Gráfico 06 - Impactos Político-Territoriais positivos gerados no entorno de parques.

IMPACTOS POLÍTICO-TERRITORIAIS POSITIVOS GERADOS NO ENTORNO DOS PARQUES. TOTAL: 12

- Investimento em planejamento, pesquisa, avaliação e monitoramento (6)
- Participação das populações locais nas decisões sobre o planejamento do turismo (4)
- Melhoria de comunicação e acesso à informação (1)
- Solução de conflitos entre comunidade e área protegida (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

Já quando considerados os impactos negativos gerados pelo turismo no entorno dos parques, a dimensão ambiental adquire centralidade no âmbito das pesquisas analisadas, tanto em termos de número de ocorrências, quanto da diversidade de impactos reconhecidos. Os estudos indicam que, comumente, a prática do turismo no entorno de parques é apontada como um elemento de grande pressão sobre o meio físico-natural, responsável por intensificar processos poluidores e aumentar a geração de lixo e resíduos, bem como, a demanda por bens e serviços como água, alimentos, energia. Em algumas pesquisas, o turismo foi indicado como um fenômeno que provoca até mesmo o comprometimento de ecossistemas (ver quadro 01, a seguir).

Quadro 01 - Impactos Ambientais negativos gerados no entorno de parques.

Impactos Ambientais Negativos gerados no entorno dos Parques	Quantidade
Exploração intensiva de recursos	10
Destruição de ecossistemas	7
Acúmulo de lixo	7
Poluição sonora	6
Poluição de corpos líquidos (águas, rios e lagos)	6
Exativismo vegetal	5
Poluição atmosférica	4
Extinção de espécies	4
Pesca	4
Aumento de demanda por acesso à água, energia e alimentos	4
Poluição visual	2
Descaracterização da paisagem	2
Introdução de espécies exógenas	2
Incêndios	2
Processos erosivos	1
Atrativos fechados por conta da degradação	1
Compactação do solo	1
Desmatamento	1
Contaminação do solo	1
Fuga da fauna	1
Total	71

Fonte: Sancho & Alves (2017).

Esses resultados colocam em xeque o ideário de que, no caso de propostas de turismo vinculadas ao meio ambiente - como é o caso do ecoturismo,

turismo ecológico, turismo rural - os impactos sobre os atributos naturais são mínimos (FERREIRA e CARNEIRO, 2005; MENEZES, 2015; FONTOURA e SILVEIRA, 2008). Outras dimensões consideradas reforçam também o potencial do turismo para (re)conformar e (re)ordenar o território em contextos protegidos.

Algumas pesquisas ressaltam, inclusive, que em situações mais extremas, é possível reconhecer relatos de aversão ao turismo, resultando, inclusive, em conflitos entre moradores locais e visitantes. O quadro 02, a seguir, apresenta os impactos mais recorrentes nas pesquisas consideradas:

Quadro 02 - Impactos Socioculturais negativos gerados no entorno de parques

Impactos Socioculturais Negativos gerados no entorno dos Parques	Quantidade
Descaracterização da cultural local	10
Depredação do patrimônio paisagístico (cultural e natural)	6
Aculturação	3
Acirramento de problemas sociais em geral	3
Aumento de marginalidade	3
Migrações	2
Êxodo Rural	2
Aumento dos riscos à exposição da comunidade local às doenças	2
Insuficiência das condições de trabalho	2
Estímulo ao consumismo	1
Deturpação moral	1
Conflitos com turistas	1
Aversão ao turismo	1
Total	37

Fonte: Sancho & Alves (2017).

O aumento do fluxo de visitantes no entorno dos parques também repercute direta e indiretamente nas formas de uso do solo e na pressão sobre os serviços públicos. Num cenário de crescente valorização do movimento de retorno e contato com a natureza, as unidades de conservação adquirem centralidade no mercado turístico, seja no incremento da atratividade, seja enquanto fator de agregação de valor a novos empreendimentos imobiliários, como condomínios de segunda residência, destinados, sobretudo, aos moradores de centros urbanos (Sancho, 2015).

Verifica-se, nessa direção, uma tendência de crescimento do número de negócios ligados ao turismo e construções diversas (muitas dessas, irregulares, vale ressaltar), com uma demanda crescente de serviços de energia, saneamento básico, coleta de lixo, acesso, entre outros. As prefeituras municipais se veem, nesses casos, diante do desafio de encontrar soluções técnicas e financeiras para

garantir o efetivo atendimento a essas novas demandas. O quadro 3, abaixo, evidencia ainda, outros impactos espaciais ocasionados pelo desenvolvimento do turismo no entorno de parques.

Quadro 03 - Impactos Espaciais negativos gerados no entorno de parques.

Impactos Espaciais e Infraestruturais Negativos gerados no entorno dos Parques	Quantidade
Intensificação do uso do solo	4
Pressão no sistema de coleta e tratamento de esgoto	4
Insuficiência de Infraestrutura básica	3
Ocupações/construções irregulares	3
Crescimento populacional	3
Impactos físicos associados à construção de estradas	2
Falta de ações de planejamento	1
Excesso de empreendimentos turísticos	1
Turismo desorganizado	1
Saneamento básico	1
Congestionamento	1
Excesso de demanda	1
Total	25

Fonte: Sancho & Alves (2017).

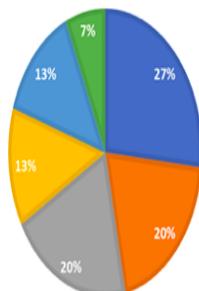
Em decorrência dessa valorização das unidades de conservação no mercado turístico e do incremento da visitação em parques, o mercado de terras é diretamente influenciado. O preço dos imóveis e propriedades rurais sofre grande aquecimento, estimulando a especulação imobiliária, com registros frequentes de venda de propriedades por parte de moradores locais.

Há ainda, nessa direção, uma tendência de aumento do custo de vida e inflação dos preços de produtos em geral e concentração de benefícios e riquezas, conforme gráfico 07, a seguir.

Gráfico 07 - Impactos Econômicos negativos gerados no entorno de parques.

IMPACTOS ECONÔMICOS NEGATIVOS GERADOS NO ENTORNO DOS PARQUES. TOTAL: 15

- Aumento do valor da terra (4)
- Aumento do custo de vida (alta nos preços/inflação) (3)
- Especulação imobiliária (3)
- Venda de propriedades por moradores locais (2)
- Instabilidade e injustiças econômicas (2)
- Distribuição desigual de riquezas associadas ao turismo (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

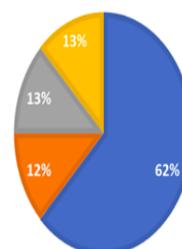
Os resultados indicaram ainda que são incipientes os estudos que reconhecem e/ou procuram investigar os impactos político-territoriais negativos ocasionados pelo turismo no contexto dos parques, sobretudo em termos de aspectos que dificultam ou mesmo impedem a construção de processos de governança democrática, ancorados na transversalidade de ações, estímulo à participação social e à atuação integrada entre os sujeitos e agentes produtores do espaço.

Tal perspectiva ganha centralidade quando consideramos o complexo processo de reordenamento territorial associado ao desenvolvimento do turismo, que gera repercussões socioespaciais e desafios diversos às áreas de entorno dos parques. As pesquisas que enfocaram a dimensão político-territorial desse processo indicam, em sua maioria, situações de exclusão das populações locais das decisões sobre o planejamento do turismo e prevalência de uma cultura de desagregação entre os sujeitos sociais envolvidos, conforme gráfico 08, a seguir.

Gráfico 08 - Impactos Político-territoriais negativos gerados no entorno de parques.

IMPACTOS POLÍTICO-TERRITORIAIS NEGATIVOS GERADOS NO ENTORNO DOS PARQUES. TOTAL: 8

- Exclusão das populações locais das decisões sobre o planejamento do turismo (5)
- Cultura de desagregação, falta de participação do setor privado e da sociedade civil (1)
- Conflitos por terra (1)
- Difícil fiscalização (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

3.2 Impactos Positivos e Negativos do Turismo no Território dos Parques

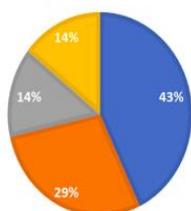
Ao se direcionar a atenção para os impactos positivos gerados pelo turismo nos territórios dos parques, fica evidente que essa temática de investigação é ainda incipiente no contexto dos estudos analisados. Os impactos positivos mais recorrentes se referem ao investimento, por parte das gestões das unidades de conservação, em implantação, adequação e/ou melhoria das infraestruturas para receber visitantes.

Mesmo os impactos econômicos que, em tese, poderiam adquirir centralidade – haja vista o potencial do turismo em termos de geração de receitas com visitação – foram pouco mencionados, conforme gráfico 9, abaixo.

Gráfico 09 - Impactos Econômicos positivos gerados nos territórios dos parques.

IMPACTOS ECONÔMICOS POSITIVOS GERADOS NOS TERRITÓRIOS DOS PARQUES. TOTAL: 7

- Aumento da visitação (3)
- Geração de receitas para as Ucs (2)
- Gerador de atividades econômicas associadas ao turismo (1)
- Geração de empregos para a comunidade (1)



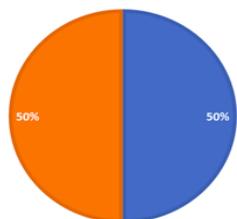
Fonte: Sancho & Alves (2017).

Na mesma direção, os impactos político-territoriais e ambientais positivos gerados pelo turismo nos parques (gráficos 10 e 11, a seguir) são tratados pelos estudos de maneira também periférica. Reflexões sobre o papel e implicações do turismo ao planejamento e gestão dos parques ou mesmo sobre a importância e os desafios do envolvimento social na estruturação e acompanhamento do plano de uso público não compõem ainda alvo das pesquisas analisadas.

Gráfico 10 - Impactos Político-territoriais positivos gerados pelo turismo nos territórios dos parques.

IMPACTOS POLÍTICO-TERRITORIAIS POSITIVOS GERADOS NOS TERRITÓRIOS DOS PARQUES. TOTAL: 2

- Adequação ao uso público (1)
- Monitoramento de trilhas e de visitação (1)

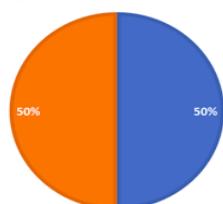


Fonte: Sancho & Alves (2017).

Gráfico 11 - Impactos Ambientais positivos gerados pelo Turismo nos territórios dos parques.

IMPACTOS AMBIENTAIS POSITIVOS GERADOS NOS TERRITÓRIOS DOS PARQUES. TOTAL: 2

- Consientização ambiental/educacional (1)
- Incremento de ações de educação ambiental no centro de visitantes (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

Da mesma forma, no âmbito da dimensão ambiental, ainda são incipientes as pesquisas voltadas à compreensão e mensuração do papel do turismo enquanto elemento de fortalecimento de ações de educação ambiental, voltadas para visitantes e moradores de entorno. Iniciativas nessa direção evidenciam o papel pedagógico das unidades de conservação, por exemplo, na elucidação do próprio significado e objetivos das unidades de conservação, divulgação da política ambiental vigente, na compreensão e valorização dos ecossistemas protegidos e de sua relação histórica e interdependente com os modos de vida e práticas culturais locais, bem como na disseminação de preceitos conservacionistas e incentivo à adoção de práticas sustentáveis. As lacunas de pesquisa identificadas sugerem questionamentos sobre a existência de possíveis dificuldades na apreensão de dados dessa natureza, ausências de investigações ou mesmo se tal temática adquire prioridade no âmbito das gestões das UCs e/ou das políticas públicas de uso público.

Quadro 04 - Impactos Ambientais Negativos gerados pelo Turismo nos territórios dos parques.

Impactos Ambientais Negativos gerados nos territórios dos Parques	Quantidade
Degradação/pisoteio da vegetação	10
Poluição sonora/barulho	10
Erosão	10
Acúmulo de lixo	9
Compactação do solo	8
Abertura de trilhas irregulares	8
Poluição da água	7
Poluição atmosférica	7
Incêndios	6
Morte/extinção de espécies	6
Aumento do fluxo de pessoas	6
Introdução de espécies exóticas	5
Fuga da fauna	5
Exposição do solo	4
Vandalismo (pichações)	4
Deposição de sedimentos no curso d'água	4
Contaminação do solo	3
Exposição de raízes	3
Fogueiras irregulares	3
Coleta de espécies	3
Desmatamento	2
Perda da biodiversidade	2
Caça e pesca ilegal	2
Estreitamento de trilhas	2
Alteração nos hábitos alimentares das espécies	2
Perturbação da fauna	1
Destruição/alteração dos ecossistemas	1
Demanda de infraestrutura (trilhas, uso público)	1
Danos à sítios arqueológicos	1
Movimentação para construções de estradas	1
Livre circulação de animais domésticos	1
Depredação de atrativos no interior da UC	1
Total	138

Fonte: Sancho & Alves (2017).

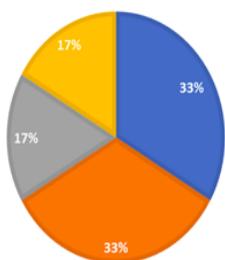
Já os impactos negativos gerados pelo turismo no território dos parques adquirem maior centralidade nos estudos, sobretudo aqueles de ordem ambiental. O quadro 04, abaixo, destaca a grande diversidade de repercussões negativas associadas à visitação turística sobre a biodiversidade, alvo de proteção dos parques. Poluição, acirramento de processos erosivos, acúmulo de resíduos, abertura de trilhas irregulares, incêndios, excesso de pessoas e fuga de espécies de fauna figuram entre os impactos ambientais mais recorrentes.

O fluxo de visitantes nos parques também gera impactos de ordem espacial, especialmente em realidades onde não existem ou são precárias as infraestruturas voltadas ao uso público, o que acaba contribuindo para situações de desorganização, desorientação nas trilhas e excesso de turistas, conforme gráfico 12, a seguir.

Gráfico 12 - Impactos espaciais negativos gerados pelo Turismo nos territórios dos parques.

IMPACTOS ESPACIAIS E INFRAESTRUTURAS NEGATIVOS GERADOS NOS TERRITÓRIOS DOS PARQUES. TOTAL: 6

■ Falta de infraestrutura de uso público (2) ■ Turismo desordenado (2)
■ Desorientação nas trilhas (1) ■ Massificação da visitação (1)



Fonte: Sancho & Alves (2017).

Tais resultados indicam, em princípio, a importância de maiores investimentos em programa de uso público, voltados à implantação e/ou aprimoramento de trilhas, sinalização, estudos de capacidade de carga e, também, ações de educação ambiental direcionadas aos visitantes (palestras, vídeos, placas interpretativas, entre outras). Tais ações poderiam interferir diretamente na formação desses visitantes, como mencionado a pouco, conferindo maior aprendizado e qualidade à experiência envolvida.

Apenas um estudo menciona que o turismo provocou o aumento dos preços dos serviços oferecidos pelos parques. Esse tipo de repercussão econômica abre espaço para debates sobre os valores cobrados para o ingresso na UC, sobretudo em um contexto atual, no qual a concessão de serviços de uso público à iniciativa privada vem ganhando centralidade

nas políticas ambientais. Nesse caso, com se regulamentar a cobrança de ingressos e, conseqüentemente, o acesso ao patrimônio natural e cultural sob tutela do Estado por meio das UCs? Alguns parques brasileiros, por exemplo, praticam preços diferenciados para moradores e visitantes ou mesmo a isenção, no caso de moradores, como estratégia para se promover a (re)aproximação de comunidades que, historicamente, estabeleceram vínculos i-materiais com o território protegido pelos limites do parque.

Já em relação aos impactos político-territoriais negativos provocados pelo turismo em parques, nenhuma pesquisa abordou diretamente as possíveis influências do fenômeno turístico na gestão dos territórios abrangidos pelas UCs, em termos de novas demandas de planejamento, usos pretendidos (prestação de serviços terceirizados, por exemplo, e suas implicações), disputas ou situações de conflitos, entre outros. Também não houve nenhuma menção a impactos socioculturais associados ao turismo nos parques, em grande medida, pelo fato dessa categoria de UC ser de proteção integral, o que pressupõe o impedimento da residência de populações.

Apesar disso, é importante destacar que muitos parques brasileiros ainda não possuem suas situações fundiárias regularizadas. Em alguns casos em que moradores continuam a residir dentro dos limites dos parques, a visitação turística pode constituir em um elemento de conflito em termos político-territoriais e socioculturais. O Parque Nacional da Serra do Cipó (MG), por exemplo, é emblemático nesse sentido. Apesar de sua criação ter ocorrido em 1984, até hoje existem famílias residindo em seu território e o fluxo de visitantes interfere nas práticas materiais de algumas delas. Esse é o caso de uma moradora – Dona Piedade –, agricultora que, mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado junto ao parque, continua a desempenhar suas atividades de criação de gado e plantação de arroz, milho e feijão, para sua subsistência. Especificamente na área onde cria gado, há uma trilha para algumas cachoeiras do parque.

Existe aí uma porteira, utilizada por ela para impedir que seu gado se disperse. Contudo, muitas vezes, os visitantes acabam se esquecendo de fechá-la, causando na moradora grande indignação. Reconhecendo a importância dessa situação, a gestão da UC procura orientar seus visitantes sobre a existência da porteira e sobre a necessidade de mantê-la fechada, inclusive, com a distribuição de um mapa, conforme figura 01, a seguir.

Figura 01: Mapa distribuído aos visitantes com indicação de Porteira de Dona Piedade.

Fique atento!

No período chuvoso, os rios estão sujeitos a cheias repentinas em qualquer ponto, que podem arrastar pessoas ou deixa-las ilhadas. Neste caso, não atravesse os rios. Espere até que haja condições seguras que permita a travessia.

Só faça aquilo que a sua habilidade e condição física permita. Em caso de acidentes será necessário aguardar o resgate pelo Corpo de Bombeiros.

Ande sempre nas trilhas sinalizadas. O parque não possui serviço de resgate para pessoas perdidas.

Recipientes de vidro podem causar acidentes, não os levem às cachoeiras.

É proibido o consumo de bebidas alcoólicas dentro dos limites do Parque. Evite transtornos!

Deixe tudo como está: plantas, animais e pedras.

Proteja das pichações e marcações nas estruturas, árvores e rochas.

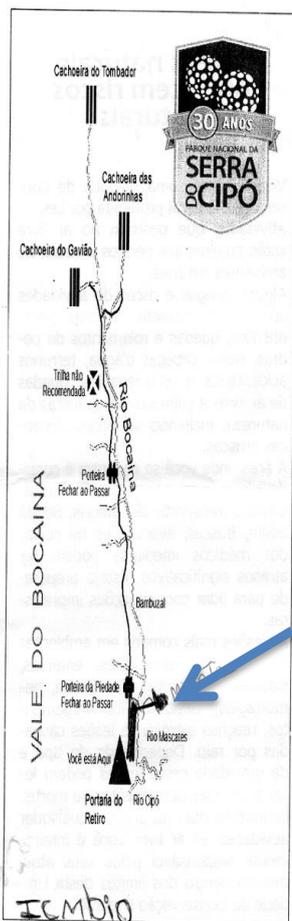
Som, só o da natureza, aproveite para apreciá-lo.

O sabão e o xampu contaminam as nossas águas. Não os utilize nos banheiros e rios!

Animais domésticos afugentam e podem transmitir doenças aos animais silvestres. Não os leve para as áreas naturais protegidas!

Nunca faça fogo!

Siga as orientações dos funcionários da Unidade, eles estão zelando pelo que é de todos.



Fale com o Parque: (31) 3718-7151 / 7475 / 7469 / 7481 Corpo de Bombeiros: 193

Fonte: ICMBio – Parque Nacional da Serra do Cipó, MG.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, os resultados preliminares de nossa investigação evidenciam a complexidade inerente à relação entre turismo e parques e a situação ainda incipiente de pesquisas nessa direção, que, em geral, conferem um olhar ainda fragmentado sobre a diversidade de incidências e repercussões geradas pelo fenômeno turístico nas dinâmicas territoriais dessas unidades de conservação.

Como destacado, algumas dimensões adquiriram centralidade nos estudos considerados. Os impactos econômicos do turismo, por exemplo, são alvo de investigação de quase totalidade das pesquisas analisadas, com destaque para os aspectos relacionados à geração de renda e criação de postos de trabalho. Sem dúvida, essa é uma das vertentes do

desenvolvimento turístico que mais gera interesse para governos, empresários e populações, em virtude dos efeitos diretos e quase imediatos que provocam. Um desafio que se apresenta nessa direção versa sobre como dimensionar os reais efeitos econômicos associados ao turismo. Isso porque as estatísticas e fontes de informação oficiais disponíveis – como a Relação Anual de Informações Sociais/RAIS (Ministério do Trabalho), por exemplo – abrangem apenas empregos formais, de trabalhadores contratados em empresas ligadas ao setor turístico. Dessa maneira, é preciso avançar em modelos de pesquisa que também contemplem as características e a representatividade dos postos de trabalho informais e formas alternativas de geração de renda (vinculadas, por exemplo, à comercialização de produtos artesanais), sobretudo no caso do turismo, setor no qual a informalidade possui importância significativa.

Já no caso da contribuição do turismo para o incremento de divisas nos parques, apesar de alguns estudos mencionarem esse potencial associado à visitação, a não disponibilização de dados concretos por parte dos órgãos ambientais constitui ainda um dificultador. Além disso, em geral, as divisas provenientes do ingresso de visitantes não são diretamente administradas pelos gestores dos parques, ou seja, não ficam na unidade e os recursos gerados são destinados a um caixa único do governo. Certamente, o maior acesso a esses recursos poderiam impactar positivamente a unidade, seja em termos de capacidade e maior flexibilidade na execução de gastos, seja em investimentos na melhoria das estruturas direcionadas ao uso público.

Ao mesmo tempo, a melhor compreensão dos resultados econômicos do turismo no contexto dos parques deve vir acompanhado de pesquisas sobre outras repercussões e incidências socioespaciais, como as interferências e/ou alterações nos modos de vida e práticas imateriais das populações que residem nas imediações dos parques. Em virtude do reordenamento e transformações acarretados pelo desenvolvimento do turismo nos territórios vizinhos aos parques, esforços de pesquisa nessa direção parecem fundamentais para o melhor dimensionamento dos impactos e mudanças associados. Evidentemente, estudos nesse sentido exigem métodos qualitativos de investigação e pesquisas in lócus, portanto, maior disponibilidade de recursos e de tempo. Temas como influências do turismo nos hábitos e práticas econômico-produtivas,

nas manifestações culturais, no pertencimento local e nas relações de sociabilidade, conscientização sobre os significados do desenvolvimento turístico, efetividade de ações de capacitação, sensação de melhoria de qualidade de vida, entre outros, podem melhor esclarecer o grau de influência do fenômeno turístico nos contextos locais, fornecendo informações estratégicas ao seu planejamento e gestão, bem como à minimização de impactos negativos e aproveitamento de seu potencial para melhoria da qualidade de vida e fortalecimento das culturas locais.

Outra dimensão pouco priorizada no âmbito dos estudos analisados é a político-territorial. Avançar nas investigações sobre as forças atuantes e estruturantes dos territórios dos parques, seus interesses e formas de atuação e o grau de participação e de atuação nos espaços de gestão e decisão existentes – como Conselhos Municipais de Turismo, Conselhos Gestores dos Parques, Conselhos de Meio Ambiente, Comitês de Bacias Hidrográficas – representa um foco central nas pesquisas sobre os impactos do turismo em parques. Dessa forma, é possível empreender esforços de envolvimento de sujeitos sociais que se encontram às margens desse campo de poder, em prol da consolidação de processos mais democráticos de governança territorial, capazes de minimizar conflitos e equacionar interesses alinhados às demandas sociais e aos objetivos de conservação dos parques.

No que tange aos impactos ambientais do turismo em parques, as pesquisas evidenciam que, se por um lado, o fenômeno turístico é frequentemente apontado como elemento com grande potencial para promover e disseminar a adoção de práticas sustentáveis e contribuir aos objetivos conservacionistas, por outro, são muito enfatizadas as pressões negativas sobre os ecossistemas e ele associadas. Parece claro, neste caso, que um tema importante a ser considerado nas pesquisas versa justamente sobre como aprimorar as técnicas de apreensão e mensuração dos impactos da visitação turística sobre a biodiversidade. A geração de informações estratégicas nesse sentido poderá subsidiar as ações de planejamento do uso público nos parques, de forma a garantir a proteção dos atributos naturais e qualificar as experiências dos visitantes.

De forma geral, a aproximação do estado da arte das pesquisas brasileiras voltadas à compreensão

e mensuração dos impactos e pressões do turismo em parques ratificou a importância dessa temática de investigação, haja vista a relevância e grau de influência do fenômeno turístico na dinâmica territorial dessas unidades de conservação. Ao mesmo tempo, a quase totalidade das pesquisas consideradas imprimiu olhares ainda fragmentados sobre essa complexa relação, o que atesta para a necessidade de investimentos em procedimentos metodológicos e em instrumentos de pesquisa mais abrangentes e multidimensionais. Avançar nessa direção pode contribuir para o reconhecimento e melhor entendimento das características e da diversidade de relações estabelecidas pelo turismo na dinâmica socioespacial dos parques, com vistas a subsidiar a construção de propostas mais vinculadas e comprometidas com os objetivos de conservação da natureza, incremento das vivências dos turistas e desenvolvimento socioambiental para as populações locais.

REFERÊNCIAS

- Ashton, Elisa & Ashton, Mary (2016). Gerenciamento de resíduos sólidos no destino turístico Fernando de Noronha, Brasil. *Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET*, Juiz de Fora, v.6, n.2, pp.82–96, Maio./Ago.
- Arros, Maria Isabel Amando de (2013). *Caracterização da visitação, dos visitantes e avaliação dos impactos ecológicos e recreativos do planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Recursos Florestais - Engenharia Florestal, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba.
- Betti, Patrícia (2014). *Turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação: estudo de caso na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, Guaraqueçaba - Paraná*. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba.
- Coelho, Loana Fernandes (2006). Turismo em áreas naturais protegidas: algumas reflexões sobre o caso da APA do Cairuçu – RJ. *Anais... II ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA*. Uberlândia, Mg. 13 p.
- Cruz, Edianny Carballo; García, Oscar Fernández; Alfonso, Rubiselis Santana (2012). Los impactos del turismo percibidos por la comunidad: Municipio Morón, Ciego de Ávila, Cuba. *Estudios y Perspectivas En Turismo: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos*, Buenos Aires, Argentina, v. 21, n. 5, p.1299-1317, jul.
- Cruz, Iluska; Mendonça, Jefferson; Filho Marcelino (2010). Turismo em unidade no Parque Nacional dos Lençóis

- Maranhenses e seus efeitos para as populações tradicionais. *Anais... XVI Encontro Nacional Dos Geógrafos*, 16., 2010, Porto Alegre, RS: ENG, 2010. 7 p.
- Fenker, Eloy Antonio (2013). A autossustentabilidade pelo turismo em unidades conservação: o caso do parque Estadual do caracol/RS. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, Itajaí, v. 3, n. 2, p.225-239, jul./dez.
- Ferreira, H. C. H.; Carneiro M. J. (2005). Conservação ambiental, turismo e população local. *Cadernos EBAPE.BR* – Edição Temática.
- Filetto, Ferdinando (2007). *Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o ecoturismo em unidades de conservação*. 143 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Florestal, UFLA, Lavras.
- Fontoura, Leandro Martins; Silveira, Marcos Aurélio Tarlombani da (2008). *Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um foco no Parque Estadual de Vila Velha - PR*. Ucs, Caxias do Sul, p.1-14, jun.
- Fontoura, Leandro Martins; Medeiros, Rodrigo Jesus De; Adams, Lowell William (2016). Turismo, pressões e ameaças para a conservação da biodiversidade em parques nacionais do Brasil e Estados Unidos. *Revista CULTUR*, v.10, n.1.
- Giatti, L. L.; Rocha, A. A. (15-22 de julho de 2001). *Impactos ambientais do turismo na região do PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – São Paulo – Brasil*. Brasília – DF. p. 711-715.
- Guimarães, Amanda; Oliveira, Kaio; Souza, Vanessa (2009). *Parque Estadual do Jalapão estudo sobre impactos ambientais causados pelos turistas*. Faculdade Católica do Tocantins, Tocantins, p.1-19, jun.
- Hübner, Daniel Braga (2007). *A biodiversidade e o turismo em unidade de conservação no Brasil: Parque Nacional do Itatiaia*. 107 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Turismo e Meio Ambiente, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte.
- Jeannot, Katya Kavuya (2013). *Análise participativa da efetividade do Parque Estadual do Ibitipoca*. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Florestal, UFLA, Lavras.
- Ladeira, Alecia Silva (2005). *Avaliação de impactos da visitação, capacidade de carga turística e perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca, Lima Duarte - MG*. 112 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Florestal, UFV, Viçosa.
- Lobo, H. A. S. (2008). Ecoturismo e percepção de impactos socioambientais sob a ótica dos turistas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR. Campinas, SeTur/SBE. *Pesquisas em Turismo e Paisagens Características*, 1(1).
- MCNICOL, Barbara. The sustainability of commercial tour operations in protected natural areas: defining categories of environmental supply. *Rev. Anais Bras. de Est. Tur./ ABET, Juiz de Fora*, v.6, n.1, p.20-27, jan./abr. 2016.
- Menezes, Bárbara (2015). Turismo, Recreação E Educação: Caminhos Que Se Cruzam Nos Parques *Anais... Do II Encontro Fluminense De Uso Público Em Unidades De Conservação.*, 2., 2015, Niterói. Ecoturismo em unidades de conservação: Niterói, RJ: Uff. 9 p.
- MMA - Ministério do Meio Ambiente (2008). *Programa de Turismo nos Parques*. Brasília.
- Moraes, Werter Valentim De; Ribeiro, Guido; Lima, Gumercindo; Gonçalves, Wantuelfer (2008). Zoneamento do distrito de Rancharia, município de Lima Duarte, MG, entorno do Parque Estadual da Serra do Ibitipoca, com fins de manejo do ecoturismo. *Árvore*, Viçosa, v. 32, n. 4, p.751-758, maio.
- Oliveira, Verônica Macário De; Gómez, Carla Pasa; Cândido, Gesinaldo Ataíde (2013). Indicadores de sustentabilidade para la actividad turística: Una propuesta de monitoreo usando criterios de análisis. *Estudios y Perspectivas En Turismo*, Buenos Aires, Argentina, v. 22, n. 2, p.177-197.
- Peccatiello, Ana Flávia Oliveira; Rocha, Cezar. Rocha, Demetrius; Araújo, Nelson (2007). Análise Da Capacidade De Carga Antrópica Na Trilha Do Circuito Pico Do Pião Do Parque Estadual Do Ibitipoca, Mg. *Anais... IX ENGEMA - Encontro Nacional Sobre Gestão Empresarial E Meio Ambiente*. Curitiba, PR. 16 p.
- Rangel, Luana De Almeida; Guerra, Antonio José Teixeira (2015). Análise do uso público em unidades de conservação: a utilização de trilhas na reserva ecológica de Juatinga - Paraty. *Revista de Geografia (UFPE)*, Pernambuco, v. 32, n. 3, p.122-136, jul.
- Richter, Monika; Souza, Elizabeth Maria Feitosa da Rocha de (2013). Avaliação de impactos ecológicos e sociais do uso público no Parque Nacional do Itatiaia - Trilha Alto dos Brejos. *Boletim de Geografia, Maringá*, v. 31, n. 1, p.91-100, jan./abr.
- Rodrigues, Gabriela Barros; Amarante-Junior, Ozelito Possidônio de (2009). Ecoturismo e conservação ambiental: contextualizações gerais e reflexões sobre a prática. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 2, n. 2, p.142-159.
- Sancho, Altair (no prelo). Turismo no entorno de parques: um olhar territorial. *Revista Geografias* (UFMG) .
- Sancho, Altair (2016). *Des-ordenamento territorial e unidades de Conservação*. Belo Horizonte: UFMG/PPGG. Tese (Doutorado em Geografia).
- Sancho, Altair (2015). Áreas Protegidas e Ambientes Urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. *Revista Sociedade & Natureza*. v. 27, n. 2.
- Santiago, Cristiane Maria Cordeiro; Oliveira, Gilmaria; Nunes, Virgínia; Moura Fé, Manuella; Neto, Agostinho; Moura, Liége (2014). Desenvolvimento do turismo e

- seus impactos na APA do delta do Parnaíba. X Simpósio de Produção Científica. UESPI, Piauí.
- Santos, Aline Lima; Campelo, Mauro Santoro (2008). Os Impactos causados pelo Turismo na Vila de Conceição de Ibitipoca – MG. *Anais... IV Encontro Nacional Da Anppas, Anppas*. Brasília, Df. 18 p.
- Spiegel, Murray. *Estatística*. 2a ed. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1985.
- Vieira, Fernanda Maria de Freitas; Rocha, Cezar Henrique Barra (2009). *Impactos ambientais em unidades de conservação*. Programa de Pós-graduação em Ecologia, Juiz de Fora, p.1-25, 2009.

Processo Editorial / Editorial Process

Editor Chefe/Editor-in-chief: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido em 21 de Novembro de 2017; aceito em 15 de Janeiro de 2018; publicado online 05 de Fevereiro de 2018.

Received on November 21, 2017; accepted on January 15, 2018, published online on February 05, 2018.

Texto original/ Original paper. Sistema de revisão cega por pares / Double blind review system.